

MOVIMENTOS LGBTTT¹ E EDUCAÇÃO: OS NÓS HETERONORMATIVOS DO PENSAMENTO E DA ESCOLA

Raquel Alexandre Pinho dos Santos (Pinho, R.), PUC-Rio, raquel.aps@gmail.com

Rachel Luiza Pulcino de Abreu (Pulcino, R.), PUC-Rio, rachelpulcino@gmail.com

RESUMO

O trabalho a seguir busca compreender de forma geral como práticas e concepções culturais contribuem para a construção histórica e social das identidades sexuais e de suas relações. Na primeira parte, dissertamos sobre os conceitos de cultura e diversidade, explorando as ideias do multiculturalismo para pensar a sexualidade. Em seguida, na segunda parte, articulamos os conceitos de cultura e identidade, realizando alguns apontamentos sobre igualdade e diferença. Na terceira parte, refletimos sobre as identidades sexuais especificamente e as contribuições das estruturas sociais que as modelam sem, no entanto, as determinarem. Na quarta parte, enfocamos o movimento LGBTTTT como um movimento de ressignificação de identidades e uma subversão de práticas heteronormativas. Apontamos também, baseadas em trabalhos de Marco Aurélio Prado, Frederico Machado e Anderson Ferrari, em como esses movimentos sociais lutam por reconhecimento, estimulando o desenvolvimento de políticas públicas específicas, que irão chegar à escola. Na quinta parte, concluímos indicando o pensamento intercultural crítico como aquele que pode (re)pensar a lógica e (des)construir os mecanismos de exclusão das diferenças sexuais presentes no cotidiano escolar, fortalecendo as bases de uma educação mais plural e inclusiva.

Palavras-chave: Identidade; Sexualidade; Movimento LGBTTTT; Interculturalidade; Educação.

SOBRE CULTURA E DIVERSIDADE

Stuart Hall² (2001, p. 32) define **cultura** como o terreno real de práticas, representações e costumes de qualquer grupo histórico específico. Para ele, a

¹ Apesar de já ter sido denominado de outras formas, esta é a sigla mais atual. Também pode ser usada como LGBT's, e significa: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros.

² Referenciar os autores com nome e sobrenome, e não apenas sobrenome como feito usualmente, é uma forma de evidenciar os gêneros dos pesquisadores e, por consequência, as mulheres na pesquisa, o que contribui com as lutas de reconhecimento e com valorização da identidade feminina de forma mais ampla.

Realização:



Apoio:



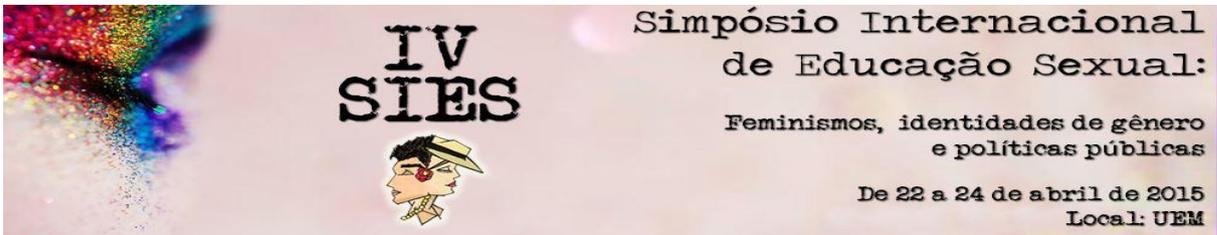
DTP
Departamento de
Teoria e Prática
da Educação



Patrocínio:



PlayBook



cultura não tem um caráter fixo. Ao contrário, ela é fluida, coletiva e produtiva. Fluida, uma vez que as produções humanas estão constantemente se redescobrendo e se reinventando. Coletiva, porque é produzida e reproduzida através de relações entre pessoas, ou seja, de relações sociais. E produtiva, por suas ações e efeitos, isto é, refere-se àquilo que nós fazemos com a cultura, e também àquilo que a cultura faz conosco. Mas isso não implica reduzir tudo à cultura, não implica argumentar que nada existe senão a cultura. Na verdade, implica considerar que em toda prática social se encontram envolvidas questões de significado cultural.

Ao tratar das práticas e da convivência dos diferentes grupos socioculturais, Vera Candau (2012, p. 242-243) nos explica que

a palavra multiculturalismo é polissêmica, admitindo pluralidade de significados. (...) No entanto, é possível reduzir a diversidade de sentidos atribuídos ao termo multiculturalismo a três fundamentais, que denomino multiculturalismo assimilacionista, multiculturalismo diferencialista e multiculturalismo interativo.

O *multiculturalismo interativo* ou *interculturalidade* articula políticas de igualdade com políticas de identidade e reconhecimento das diferenças. Indo além, a autora aponta a existência de três diferentes concepções de multiculturalismo interativo: relacional, funcional e crítica (Vera CANDAU, 2012, p. 243-244). O *multiculturalismo interativo crítico* ou *interculturalidade crítica* vai questionar as desigualdades construídas ao longo da História entre diferentes grupos socioculturais, inclusive as de gênero e sexualidade. Assim, tal perspectiva aponta à construção de sociedades que assumam as diferenças como constitutivas da democracia e que sejam capazes de construir relações novas, verdadeiramente igualitárias, entre os diferentes grupos socioculturais, o que supõe empoderar aqueles que foram historicamente inferiorizados.

Um grupo sociocultural é um sistema social que envolve interação regular entre seus membros e uma identidade coletiva comum (Allan JOHNSON, 1997, p. 118). Isso significa que o grupo tem um senso de *nós* que permite que seus membros se

Realização:



Apoio:



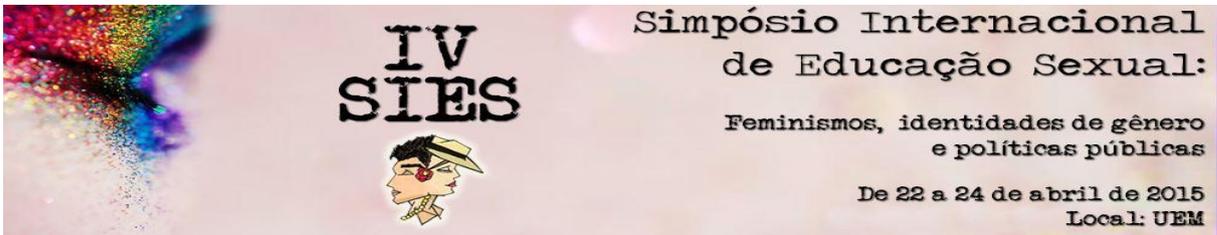
DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:



PlayBook



considerem como pertencendo a uma entidade separada e superior a eles. Dessa forma, existe uma separação bem marcada: *nós* – os pertencentes ao grupo e *eles* – os que estão de fora do grupo. Essa sensação de pertencimento delimita uma identidade, o que gera hostilidades às fronteiras e conflitos a partir das diferenças.

SOBRE IDENTIDADE

A identidade abarca um conjunto de identidades transculturais, uma vez que possuímos identidades sexuais, de gênero, étnicas, religiosas, econômica etc. Apesar de ser multidimensional, a identidade não perde sua unidade, uma vez que cada indivíduo irá integrar uma pluralidade de referências e marcadores identitários em seu *eu*. A identidade é única, mas também fragmentada. As identidades transculturais não apenas coexistem; elas influenciam umas nas outras, se entrecruzam. Como veremos adiante, as identidades de gênero e de sexualidade estão fortemente relacionadas e se influenciam mutuamente. Por exemplo, ser heterossexual implica a relação com o gênero oposto. Muitas vezes, assumir uma identidade sexual implica assumir um gênero e vice-versa. Mas o que acontece quando se transgride essa relação gênero-sexualidade?

Para além de um conjunto de características, a identidade envolve o sentimento de integração a um grupo de pertencimento, o que é influenciado pelos mecanismos de afiliação e exclusão, isto é, por processos de identificação ou estranhamento, pela demarcação simbólica de quem pode ou não pertencer ao grupo, pela definição do *nós* e do *eles*, o que nos leva à representação, ao processo como o outro é representado e ao processo de como *eu* sou representando a partir do *outro*. Por exemplo, ser *mulher* implica não ser *homem* e implica negar todas as características que compõem a identidade masculina. Stuart Hall (200, p. 110) nos afirma que

as identidades são construídas por meio da diferença e não fora dela. Isso implica o reconhecimento radicalmente perturbador de que

Realização:



Apoio:

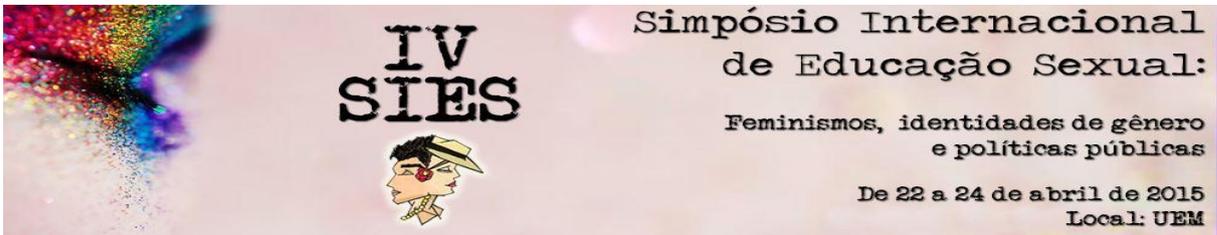


DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:





é apenas por meio da relação com o *outro*, da relação com aquilo que não é, com precisamente aquilo que falta, com aquilo que tem sido chamado de *exterior constitutivo*, que o significado “positivo” de qualquer termo – e, assim, sua “identidade” – pode ser construído.

Sendo a construção da identidade um processo relacional e contínuo, e admitindo sua incompletude, seria melhor falarmos em *identificação* no lugar de identidade, pois ela nos dá a ideia de uma relação entre indivíduos e práticas discursivas. A identificação nos aponta o reconhecimento de uma característica comum, mas também o seu caráter processual, de algo que está sendo, mas que é transitório, e que vai se modificando de acordo com as experiências e os encontros.

Allan Johnson (1997, p. 204) destaca que uma parte importante da identidade é o *eu ideal*, que consiste nas ideias de quem deveríamos ser e não em quem realmente somos. Contudo, preferimos falar em *eu idealizado*. Assim, colocamos em evidência o processo social e histórico de construção-produção desse ideal. Distintas representações identitárias podem circular no espaço social, mas apenas algumas delas ganham visibilidade, ou seja, negamos a diversidade e passamos a encarar as representações visibilizadas como sendo a realidade. Os grupos culturais ligados a essas representações são vistos como *normais* e tem a possibilidade de representar não só a si mesmos, como a todos os outros. Eles se tornam a norma, a referência, o natural, o ideal. Contudo, esse processo não é imune a conflitos intrapessoais, pois a comparação desta identidade idealizada com a identidade real pode afetar a *autoestima*, acarretando consequências negativas para o indivíduo.

Além do autorreconhecimento, temos o reconhecimento do *outro*. O reconhecimento do *outro*, daquele ou daquela que não compartilha atributos que possuímos, é realizado a partir do lugar social que ocupamos (Guacira LOURO, 2010, p. 15). Nesse processo de reconhecimento identitário, está presente a atribuição de diferenças, mas também a instauração de desigualdades. O que temos presenciado sobre as diferenças sexuais é que são hierarquizadas, instituindo desigualdades sexuais, por exemplo: as heterossexualidades se constituem como

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:



PlayBook



norma a partir da rotulação das outras práticas como desviantes, subversivas ou doentes.

SOBRE IDENTIDADE SEXUAL

Para Maria Luiza Heilborn (1993, p. 51), gênero significa a dimensão dos atributos culturais conferidos a cada um dos sexos em contraste com a dimensão anatômico-fisiológica dos seres humanos. Todavia, podemos ser mais precisos: conota a dimensão psicológica e cultural, inscrita nos corpos biológicos, construída historicamente, baseada nos estereótipos e padrões sexuais de feminino e masculino, que envolve relações de poder nas diversas instituições sociais. Indo além,

[...] podemos analisar gênero como uma sofisticada tecnologia social heteronormativa, operacionalizada pelas instituições médicas, linguísticas, domésticas, escolares e que produzem constantemente corpos-homens e corpos-mulheres. Uma das formas para se reproduzir a heterossexualidade consiste em cultivar os corpos em sexos diferentes, com aparências “naturais” e disposições sexuais diferentes. (Berenice BENTO, 2006, p. 01)

Embora, na sociedade brasileira, tenhamos dois gêneros (mulher e homem) baseados em dois sexos (fêmea e macho) e esta distinção seja biologicamente óbvia para nós, uma vez que estamos separados dicotomicamente de acordo com características sexuais primárias (aparelhos reprodutores) e secundárias (pelos, voz, forma do corpo, seios) distintas, em outras culturas podemos observar um, três ou mais gêneros. Por exemplo, as *hijras* da Índia, Bangladesh e Paquistão são consideradas um terceiro gênero. As *hijras* podem ser indivíduos tanto pertencentes a uma casta, quanto a um culto. Possuem uma deusa própria, *Bahuchara Mata*. Pela visão ocidental, podem ser consideradas mulheres transgênero ou transexuais, dependendo se foi ou não realizada a castração (remoção do pênis). Apesar de ter

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:





um passado participativo, após a ocupação britânica destas regiões, esta casta é marginalizada e excluída de vários espaços sociais, sendo obrigada a viver escondida ou de mendicância e prostituição (Homa KHALEELI, 2014).

A sexualidade é entendida aqui como um conjunto de vivências, práticas cotidianas, de usos e costumes associados à intimidade, ao prazer e às expressões amorosas. Ela está envolvida em valores morais e é influenciada por práticas, discursos e pensamentos coletivos (Jimena FURLANI, 2007, p. 13). Apesar de existirem grupos culturais para a sexualidade, também chamados de orientação sexual, a identidade sexual é pessoal e construída durante o processo de vida do sujeito, isto é, a identidade sexual do indivíduo mantém características que o permitem pertencer a um grupo cultural, mas não se encerra em tais características básicas. Existem diversas formas de expressar e viver a heterossexualidade, assim como existem para todas as outras orientações sexuais. É por isso que damos preferência ao tratamento no plural das orientações: heterossexualidades, homossexualidades, bissexualidades, transexualidades e assexualidades.

Longe de surgir espontaneamente de cada corpo recém-nascido, a identidade sexual inscreve-se reiteradamente através de repetições e de re-citações dos códigos socialmente investidos como naturais (Berenice BENTO, 2006, p. 02). Assim, tidas como natural, as heterossexualidades constituem-se em uma matriz que conferirá sentido às diferenças entre os gêneros. Da mesma forma, a reiteração dos papéis de gênero garante o discurso das heterossexualidades. A esta ordem social naturalizada, chamamos *heteronormatividade*. Sendo assim, a sociedade brasileira pode ser classificada como heteronormativa. Podemos destacar cinco instituições sociais que atuam de forma significativa no controle heteronormativo através de discursos e práticas: a família, as religiões, as ciências médicas, as leis jurídicas e a escola (Daniel BORILLO, 2010, p. 41; Michel FOUCAULT, 2009, ao longo).

De modo geral, as religiões cristãs possuem uma tradição moral que condena o que é contrário à heterossexualidade, por transgredir aos papéis de gênero e, com isso, a vontade de Deus. Segundo o documento *Sexualidade Humana: Verdade e*

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:





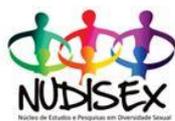
Significado, a Igreja Católica considera que “os atos de homossexualidade, que são intrinsecamente desordenados e contrários à lei natural” (VATICANO, 1995). O documento ainda reforça os papéis de gênero e indica a castidade pré-matrimônio e o matrimônio como os melhores caminhos para uma vida plena em Deus. Além das homossexualidades, a Igreja condena explicitamente o que ela classifica como perversões sexuais: a masturbação, a fornicação, a prostituição, a pornografia, o estupro, o incesto e a pedofilia, entre outros. Ou seja, diferentes práticas são colocadas em pé de igualdade moral.

Além disso, as religiões cristãs estão ainda fortemente atreladas às leis jurídicas, que, ainda distante de um posicionamento verdadeiramente laico, não contempla direitos fundamentais aos homossexuais. Um passo dado em direção à igualdade de direitos se deu em 05 de maio de 2011, quando reconhecida por unanimidade pelo Superior Tribunal Eleitoral (STF) a união estável entre pessoas do mesmo sexo e pedida a procedência das ações para excluir qualquer significado do artigo 1.723 do Código Civil que impeça o reconhecimento da união entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar. Contudo, em 2013, o deputado Anderson Ferreira³ (PR-PE) pede aprovação do Projeto de Lei 6583/13, que cria o *Estatuto da Família*, no qual a entidade familiar é definida como o núcleo formado a partir da união entre homem e mulher. Não obstante, a criação de tal estatuto é um retrocesso, pois define como família apenas núcleos formados por: homem, mulher e filhos, o que marginaliza outras configurações de família, como: mãe solteira e filhos, pai solteiro e filhos, avós e netos, casais divorciados e filhos, casais heterossexuais que não tem filhos, entre outras já presentes e legitimadas em nosso cotidiano. A criação do Estatuto da Família deve ser pensada como um problema não só para as famílias de casais homossexuais, como também para as de casais heterossexuais.

As ciências médicas, que voltaram seu olhar para as sexualidades a partir do século XVIII, esforçaram-se, em alinhamento com o pensamento judaico-cristão,

³ Em seu perfil público, o deputado Anderson Ferreira se declara evangélico.

Realização:



Apoio:

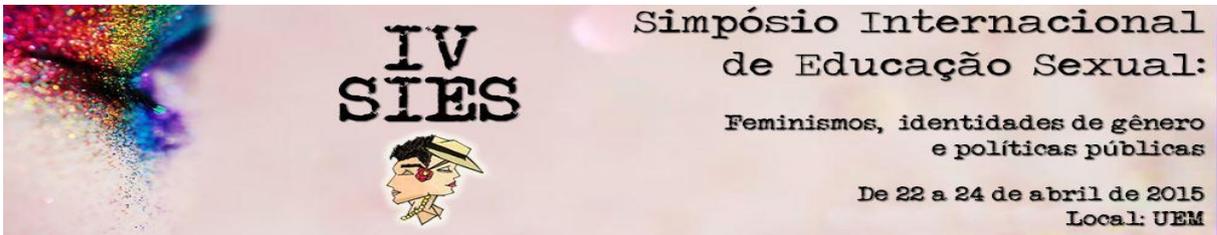


DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:





para descobrir a origem das homossexualidades e como curá-la. Especialmente a psiquiatria localizou por muito tempo as homossexualidades nas categorias de doença, neurose, perversão e/ou excentricidade. Até 17 de maio de 1990, as homossexualidades constavam na Classificação Internacional de Doenças (CID) da Organização Mundial de Saúde (OMS), quando foi oficialmente desmarcada como patologia. Todavia, ainda constam como doenças os *transtornos de identidade sexual* (Código F64), que contém os subitens *transexualismo* (F64.0) e *travestismo bivalente* (F64.1). A CID é usada largamente na Europa Ocidental e no Brasil, sendo referencial do nosso Sistema Único de Saúde (SUS).

A escola e a família não apenas reproduzem as concepções de gênero e sexualidade que circulam na sociedade, mas também elas próprias as produzem. A escola pratica a pedagogia da sexualidade e o disciplinamento dos corpos, que são sutis, velados, contínuos e, por isso, muito eficientes e duradouros (Guacira LOURO, 2010, p. 17). Isso porque independe dos discursos explícitos, da existência de uma disciplina de Educação Sexual. A sexualidade está na escola porque ela faz parte dos sujeitos, ele não é algo que se possa desligar ou despir (Guacira LOURO, 2008a, p. 81). Ao legitimar determinadas identidades e práticas sexuais, reprime e marginaliza outras. A produção das heterossexualidades é acompanhada pela rejeição das homossexualidades, que se expressa na homofobia declarada ou disfarçada. Dessa forma, a escola é também um espaço de violência contra as identidades desviantes de gênero e sexualidade. Em contrapartida, por ser um espaço legitimado de verdade e saber, meninos e meninas buscam a escola como um espaço de entendimento para o que estão vivendo no campo das sexualidades, reforçando a escola como um lugar do conhecimento e vinculando diretamente a questão das sexualidades ao saber (Anderson FERRARI, 2014, p. 107). O debate social em torno das sexualidades entra na escola sem pedir licença e os conflitos emergem, convocando a escola a participar deste movimento de resignificação.

O que podemos constatar é que tais instituições sociais não funcionam isoladamente. Elas se permeiam e reforçam-se, dando suporte ao funcionamento da outra. Também podemos notar uma grande resistência dos grupos dominantes aos

Realização:



Apoio:



DTP
Departamento de
Teoria e Prática
da Educação



Patrocínio:





avanços progressistas, não apenas evitando o avanço dos movimentos multiculturais, mas também tentando reverter processos já legitimados, como é o caso da tentativa de criação do *Estatuto da Família*. Ainda assim, dentro de cada uma dessas instituições existem diferentes correntes de pensamento, e muitos avanços já foram realizados. Porém, apesar de tais ondas alternativas e lutas políticas por reconhecimento, a heteronormatividade ainda se encontra fortemente naturalizada.

CONTEXTUALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS LGBTTT NO BRASIL E NO MUNDO

Sobre os movimentos LGBTTT no mundo ocidental, temos três momentos temporais bem demarcados. O primeiro momento se refere ao surgimento e a manutenção de diversas organizações, em países europeus, do fim do século XVIII até o início do século XX. Um segundo momento se refere ao pós-guerra e termina no *Stonewall Riots*⁴, cuja fase demarca uma maior organização e uma ideologia orientada para o assimilacionismo social. O terceiro momento, chamado “Liberação Gay”, começa em 1969 e se prolongam até hoje. Assistimos a uma volta radical do mundo gay no cenário social em uma ideologia orientada para o ativismo social, na qual esta minoria exerce cada vez mais influencia na cultura, nas instituições e na política. É nessa fase que emerge uma heterogeneidade de termos para tentar dar conta das identidades homossexuais (Marco Aurélio PRADO & Frederico MACHADO, 2008, p. 88).

O ativismo pró-valorização da diversidade sexual eleva a questão das homossexualidades de um problema pessoal a um problema social. A discussão não se limita mais a processos de exclusão estruturais e passa a abranger processos de exclusão simbólica. Nos Estados Unidos, a participação política e as alianças com outros grupos identitários em prol de conquista de direitos aumentaram no início da década de 70, mas se enfraqueceram logo depois devido a disputas dentro e fora

⁴ Para mais informações, ver: Marco Aurélio PRADO & Frederico MACHADO, 2008, p. 99-100.

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:





dos movimentos, por exemplo: em relação à constituição de uma representação identitária da homossexualidade na sociedade e à resistência encontrada nos grupos sociais conservadores, respectivamente. A notoriedade dos movimentos foi retomada na década de 80 com a proliferação dos casos de SIDA⁵. Apesar de um primeiro momento de forte culpabilização das práticas homossexuais pela proliferação do vírus, e com isso o reforço do preconceito, os movimentos adquirem recursos materiais e estruturais para a sua manutenção.

Os movimentos LGBTTT americanos influenciaram muitas frentes pelo mundo. No Brasil, foi criada em 31 de janeiro de 1995, com 31 grupos fundadores, a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT). Hoje, a ABGLT é uma rede nacional de 308 organizações afiliadas. E é a maior rede LGBTTT na América Latina. Ela é central para a promoção de políticas públicas, como o *Programa Brasil sem homofobia*, e de debates legislativos visando à aprovação de leis relacionadas ao tema.

Além de impactos na vida cotidiana, a emergência destes movimentos propicia e reforça os debates acadêmicos sobre o tema. Em sua tese de doutorado intitulada “*Quem Sou Eu? Que Lugar Ocupo?*” - *Grupos Gays, Educação e a Construção do Sujeito Homossexual*, Anderson Ferrari (2005, p. 98) questiona se seria possível

pensar como renovação a preocupação com a educação mais formal, sobretudo após a epidemia da AIDS, que em seu início atingiu, sobremaneira, a comunidade homossexual masculina, sendo apelidada, inclusive de “câncer gay”? Ante a exigência de se organizar contra a doença, os grupos gays reafirmaram a importância da educação como a melhor arma nessa guerra sem tréguas.

Para Anderson Ferrari (2005, p. 99), o advento da AIDS fortaleceu a preocupação dos grupos com esse modelo de homossexual a ser construído e valorizado. Ele explica que

⁵ A Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA, em inglês: AIDS) é provocada pelo Vírus da Imunodeficiência Humana (VIH, em inglês: HIV), que penetra no organismo por contato com uma pessoa infectada. A transmissão se dá por: relações sexuais, contato com sangue infectado e de mãe para filho.

Realização:



Apoio:

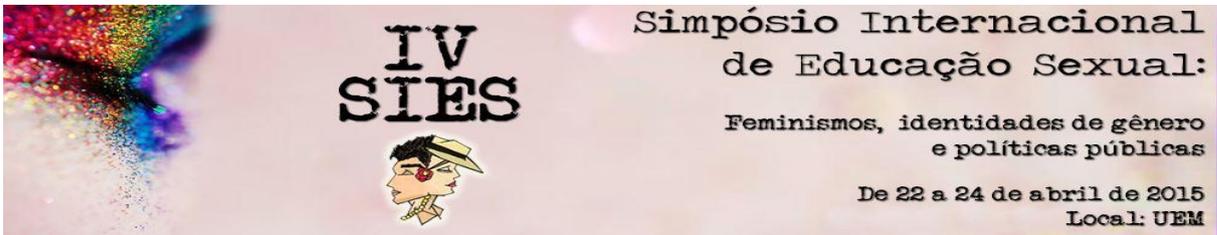


DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:





há uma grande preocupação dos grupos com o contexto escolar e com o tipo de formação e informação que os adolescentes homossexuais, ou não, estavam tendo contato em tempos de AIDS. Isso parece se justificar pelas questões que estão em pauta para os grupos gays desde sua origem, como visibilidade, orgulho, respeito e cidadania, além dos adolescentes representarem a continuidade, permanência ou mesmo ruptura com o que está em discussão. Frente a essas questões, podemos dizer que os grupos pesquisados organizam suas ações de intervenção nas escolas de duas formas: através de palestras, tanto para adolescentes, quanto para os profissionais de educação e através de material de divulgação (Anderson FERRARI, 2005, p. 190).

Por ser uma instituição social estruturante da heteronormatividade, os grupos sociais que lutam por reconhecimento de outras sexualidades irão atuar para ocupar tanto o espaço físico quanto o abstrato da escola. Isto é, os movimentos LGBTTT não apenas querem estar na escola, como também buscam interferir na lógica de construção do conhecimento, visando desconstruir a naturalidade da heterossexualidade e promover o respeito à diversidade sexual.

PARA SUPERAR OS CONFLITOS E REPENSAR A ESCOLA

Sendo a escola uma das instituições que desempenham um forte controle heteronormativo, estando a heteronormatividade presente em seus discursos, silêncios e práticas, faz-se necessário repensar a lógica e desvelar os mecanismos de exclusão presentes no cotidiano escolar. Nesse sentido, Vera Candau (2012, p. 147) defende a desconstrução e reconstrução da cultura escolar. “Trata-se de promover uma educação em direitos humanos na perspectiva intercultural crítica que afete todos os atores e as dimensões do processo educativo, assim como os diferentes âmbitos em que ele se desenvolve”.

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:





Discutir questões de sexualidade, encarando as identidades sexuais como fluidas⁶, apesar de divergir da visão essencialista dos movimentos LGBTTT, amplia as visões e questiona a constituição dos opostos hierarquizados e os processos pelos quais uma forma de sexualidade se estabeleceu como dominante, ganhando o status de natural. Isso não implica negar as características semelhantes que permitem a associação dos indivíduos em grupos culturais. Mas implica pensar que a sexualidade não possui um caráter determinístico. Ela é construída social e historicamente. Um indivíduo transformar sua identidade sexual dependendo das experiências que vive ao longo de sua trajetória e com isso deixar de se reconhecer em determinado grupo cultural para se reconhecer em outro.

Por isso, lembramos a conceituação de *pós-modernismo*, pois ele privilegia a mistura, o hibridismo e a mestiçagem de culturas e de modos de vida. Pensando pelo *multiculturalismo pós-moderno* (Ana CANEN e Giseli XAVIER, 2011, p. 644), evitamos a certeza e as afirmações categóricas, radicalizando questionamentos lançados às formas dominantes de viver e de conceber o conhecimento, o indivíduo e a realidade. É deste ponto de vista que a forma como a sexualidade tem sido controlada e ensinada pode ser questionada.

Como nos indica Anderson Ferrari (2014, p. 106), a escola,

por ser o lugar por excelência de conhecimento, não é o espaço do senso comum, mesmo que ele insista em aparecer pelas falas dos alunos e alunas. A escola é o local de problematização do senso comum, do que não nos assusta mais porque naturalizamos. E dizer das homossexualidades é dizer desse senso comum, dessa forma de conhecer que organiza o social, que invade as escolas e que constrói sujeitos. Assumir a postura de problematização é mais do que olhar para o que está nas salas de aula, é questionar a forma de conhecer, é dar um passo atrás para olhar de outra forma.

Portanto, e em forte alinhamento com Anderson Ferrari, acreditamos estar na problematização, no questionamento, na habilidade do pensar diferente, o espaço

⁶ Destacamos sobre isso as contribuições da Teoria *Queer* (Guacira LOURO, 2008b, p. 13): “Não há lugar de chegar, não há destino pré-fixado, o que interessa é o movimento e as mudanças que se dão ao longo do trajeto”.

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:





propício para a desmistificação de identidades e para a superação de preconceitos e discriminações. É neste espaço que a tolerância floresce e a diferença se valoriza, porque nele conseguimos nos colocar no lugar do outro. Nele, ocorre a sensibilização. É resgatando a problematização que poderemos pensar em um novo formato escolar, onde as verdades são abaladas, mas também onde é possível pensar e refletir. Onde é possível ser diferente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENTO, B. (2006) *Corpos e próteses: dos limites discursivos do dimorfismo. Seminário Internacional Fazendo Gênero 7: Gênero e Preconceito*. Santa Catarina. In: www.fazendogenero7.ufsc.br/, acesso: 20/06/2010.

BORILLO, D. (2010) *Homofobia: História e crítica de um preconceito*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

BRASIL (2013) *Câmara promove enquête sobre conceito de família*. In: <http://www2.camara.leg.br/>, acesso em 02/11/2014.

_____. (2011) *Supremo reconhece união homoafetiva*. In: <http://www.stf.jus.br/>, acesso em 03/11/2014.

_____. (1988) *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado federal.

CANAU, V. M. (2012) Diferenças culturais, interculturalidade e educação em Direitos Humanos. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 33, n. 118, p. 235-250, jan/mar.

_____. (2009) Direitos Humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. In: ____ (Org.). *Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas*. Rio de Janeiro: 7Letras. P. 154-173.

CANEN, A. & XAVIER G. P. M. (2011) Formação continuada de professores para a diversidade cultural: ênfases, silêncios e perspectivas. *Revista Brasileira de Educação*, v. 16, n. 48, set/dez.

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:





CID (2006) *Classificação Internacional de Doenças*, Organização Mundial das Nações Unidas. In: <http://www.datasus.gov.br/cid10/>, acesso em 10/11/2014.

FERRARI, A. (2014) Experiência homossexual no contexto escolar. *Educar em Revista*. Curitiba: Editora UFPR, Edição Especial n. 1/2014, p. 101-116.

_____. (2005) *Quem sou eu? Que lugar ocupo? Grupos gays, educação e a construção do sujeito homossexual*. Tese (doutorado). Orientador: Joaquim Brasil Fontes Júnior. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas.

FOUCAULT, M. (2009) *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. 19ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal.

FURLANI, J. (2007) *Mitos e tabus da sexualidade humana: subsídios ao trabalho em educação sexual*. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica.

HALL, S. (2001) *A identidade cultural na pós-modernidade*. 5ª ed. Rio de Janeiro: DP&A.

_____. (2000) Quem precisa de identidade? In: SILVA, T. T. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes. P. 103-133.

HEILBORN, M. L. (1993) Gênero e hierarquia: A costela de Adão revisitada. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis: USFC, ano 1, n. 1, p.50-82, jan/abr.

JOHNSON, A. G. (1997) *Dicionário de sociologia: guia prático da linguagem sociológica*. Tradução: Ruy Jungmann e Renato Lessa. 7ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

KHALEELI, H. (2014) *Hijra: India's third gender claims its place in law*. In: <http://www.theguardian.com/society/2014/apr/16>, acesso em 24/10/2014.

LOURO, G. L. (2010) Pedagogias da sexualidade. In: ____ (Org.). *O corpo educado. Pedagogias da sexualidade*. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, p. 07-34.

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:





_____. (2008a) *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 10ª edição, Petrópolis: Vozes.

_____. (2008b) *Um corpo estranho. Ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 1ª ed.

ONU (2014) *Até 86 milhões de meninas poderão sofrer com mutilação genital feminina até 2030, alerta ONU*. In: <http://www.onu.org.br/>, acesso em 15/10/2014.

_____. (1948) *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, Assembleia Geral das Nações Unidas. In: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>, acesso em 25/10/2014.

PRADO, M. A. M. & MACHADO, F. V. (2008) *Preconceito contra homossexualidades. A hierarquia da invisibilidade*. São Paulo: Cortez.

VATICANO (1995) *Sexualidade humana: verdade e significado. Orientações educativas em família*. In: http://www.vatican.va/roman_curia/, acesso em 02/11/2014.

LGBTTT MOVEMENTS AND EDUCATION: THE HETERONORMATIVE TIES OF THOUGHT AND SCHOOL

ABSTRACT

The work seeks to understand in general how cultural practices and concepts contribute to the social and historical construction of sexual identities and their relations. In the first part, we talk about the concepts of culture and diversity, exploring the ideas of multiculturalism to think the sexuality. Then, in the second part, we articulate the concepts of culture and identity, making some notes about equality and difference. In the third part, we reflect on the sexual identities and contributions of social structures that shape it without, however, warranting it. In the fourth part, we focus on the LGBTTTT movement as one of identity redefinition and subversion of heteronormative practices. We also point out, based on the works of Marcus Aurelius Prado, Frederico Machado and Anderson Ferrari, how these social movements struggling for recognition, stimulating the development of specific public policies that will get to school. In the fifth part, conclusions are drawn, indicating the critical intercultural thought as one that can (re)think the logic and (de)construct the exclusion mechanisms of sex differences in everyday school life, strengthening the foundations of a more plural and inclusive education.

Realização:



Apoio:

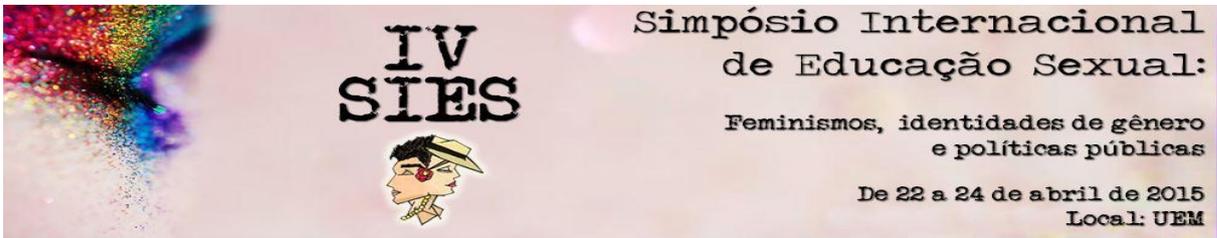


DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:





Keywords: Identity; Sexuality; LGBTTT movement; Intercultural; Education.

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



Patrocínio:

